

L E I N°1.470/83

Data: 05 de dezembro de 1983.

Súmula: Altera dispositivos do Código Tributário Municipal (Lei nº 1.248/75, de 08 de dezembro de 1975) e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Passam a ter as seguintes redações – os §§ 1º e 3º do Art. 25 da Lei Municipal nº 1.248/75, de 08 de dezembro de 1975 (Código Tributário Municipal):

“Art. 25 - ...

§ 1º - A cobrança para pagamento à boca do cofre far-se-á pela forma e nos prazos estabelecidos neste Código e nos regulamentos fiscais. O pagamento dos impostos imobiliários, quando feitos integralmente até o vencimento de primeira parcela ou prestação, gozarão de desconto de 20% (vinte por cento) calculado sobre o total lançado.

§ 3º - Aos créditos fiscais do Município, aplicam-se às normas de correção monetária de tributos e penalidades devidos ao Fisco Municipal, nos termos das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (O.R.T.N.s)”

Art. 2º - Passa a ter a seguinte redação o § 1º do artigo 115 da Lei Municipal nº 1.248/75:

Art. 115 - ...

§ 1º - Considera-se prédio:

I – Todos os imóveis edificados que possam ser utilizados para habitação ou para o exercício de qualquer atividade, seja qual for a denominação, forma ou destino, desde que não compreendido no § 3º deste artigo;

II – Os imóveis edificados na zona rural, quando utilizados em atividades comerciais, industriais e outras com o objetivo de lucro, diferentes das finalidades necessárias para obtenção de produção agrícola e sua transformação”.

Art. 3º - Fica acrescentado o § 3º ao Art. 115 da Lei Municipal nº 1.248/75, com a seguinte redação:

“Art. 115...

§ 3º - Consideram-se terrenos:

I – Os imóveis sem edificações;

II – Os imóveis com edificações andamento ou cuja obra esteja paralisada, bem como edificações condenadas ou em ruínas;

III – Os imóveis cuja edificações seja de natureza temporária ou provisória, ou possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação;

IV – Os imóveis em que houver edificação, considerada a critério da administração, como inadequada, seja pela situação, dimensão, destino ou utilidade – da mesma;

V – Os imóveis que contenham edificações, de valor não superior à vigésima parte do valor do terreno;

“VI – Os imóveis destinados a estacionamentos de veículos e depósitos de materiais, desde que a construção seja desprovida de edificação específica”.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 05 de dezembro de 1983.

João do Carmo Santiago

Prefeito Municipal